

DEZEMBRO 2020

RADAR SOCIOAMBIENTAL

ENTREVISTA COM
MAUREEN SANTOS



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Autoras: Beatriz Mattos, Carolina Alves,
Maria Beatriz Peixoto Mello, Priscilla Papagiannis
Plataforma Socioambiental

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um programa desenvolvido pelo Brics Policy Center (BPC), o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem e troca de conhecimento cujos projetos se dedicam à pesquisa e à promoção de debates e diálogos entre diferentes setores acerca de temas como mudanças climáticas, modelo de desenvolvimento e desigualdades, bancos de desenvolvimento e salvaguardas, entre outros.

RADAR SOCIOAMBIENTAL

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 39ª edição, o Radar Socioambiental apresenta trechos da entrevista realizada com Maureen Santos, coordenadora da Plataforma Socioambiental, Professora do IRI PUC-Rio e coordenadora do Grupo Nacional de Assessoria da FASE. A entrevista, que ocorreu em novembro de 2020 e foi conduzida pela Equipe da Plataforma Socioambiental, aborda questões sobre o Acordo União Europeia - Mercosul. Foram discutidos a abordagem do Acordo aos temas socioambientais, seus impactos para o Brasil e a percepção da União Europeia sobre as políticas ambientais brasileiras.

O ACORDO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL

Plataforma (Beatriz): Vocês acabaram de lançar uma publicação sobre o Acordo Mercosul - União Europeia, pela FASE, Greenpeace Brasil e MISEREOR, uma organização alemã. Fale um pouco para a gente sobre essa publicação e também sobre o Acordo Mercosul-União Europeia.

Maureen Santos: No mês de setembro deste ano, lançamos a publicação Acordo União Europeia-Mercosul: ameaça para a proteção do clima e dos direitos humanos. Trata-se de um livro de Thomas Fritz, lançado em junho em alemão e em inglês, e agora em português. A publicação toma como lente a temática de clima e de direitos humanos, considerando os possíveis impactos do Acordo União Europeia-Mercosul, especialmente, para os países do Mercosul. Assim, levanta preocupações sobre os efeitos do acordo para as populações indígenas, aborda o tema da saúde e dos agrotóxicos, debate sobre questões referentes à economia e ao desenvolvimento, além de tratar das emissões de gases de efeito estufa e oferecer uma perspectiva de futuro acerca de como esse acordo poderá impactar nessas questões.

Sobre o Acordo, há mais de 20 anos os dois blocos estão em negociação. É um processo que, do ponto de vista de um acordo de um livre comércio, já dura muito tempo e, por isso, é marcado por mudanças. O Acordo União Europeia - Mercosul se difere dos acordos de livre comércio em geral pois abarca três acordos em um: um acordo de associação política, um acordo de cooperação e um acordo de bens, que é a parte mais focada no livre comércio. Os blocos já ...

Maureen Santos: ... passaram por muitos momentos na negociação. Essa última fase - que se inicia em 2016, quando as negociações foram aceleradas - foi marcada por alterações importantes. Uma delas foi conferir mais visibilidade ao debate climático, mediante à inclusão de considerações acerca do cumprimento do Acordo de Paris como uma obrigatoriedade relacionada ao capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável.

“ Os blocos já passaram por muitos momentos na negociação. Essa última fase - que se inicia em 2016, quando as negociações foram aceleradas - foi marcada por alterações importantes. Uma delas foi conferir mais visibilidade ao debate climático, mediante à inclusão de considerações acerca do cumprimento do Acordo de Paris como uma obrigatoriedade relacionada ao capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável. ”




ABORDAGEM DO ACORDO AOS TEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Plataforma Socioambiental (Carolina): De que maneira os temas socioambientais são abordados no texto do Acordo?

Maureen Santos: Há esse capítulo específico “Comércio e Desenvolvimento Sustentável”, porém esse não se trata de um capítulo vinculante, do ponto de vista de obrigatoriedade. Em geral, os acordos comerciais são “legally binding”, ou seja, legalmente vinculantes. Não é o caso desse capítulo, que trata de alguns compromissos em matéria ambiental, afirmando que os países devem respeitar as suas normas ambientais e que as tratativas de comércio não devem ter um impacto negativo nessas questões.

O capítulo cita o Acordo de Paris como muito importante para os países signatários implementarem suas metas climáticas voluntárias, as chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, sigla em inglês), além de abordar a questão dos direitos trabalhistas. Contudo, como não se trata de um capítulo vinculante e como não prevê mecanismos de solução de controvérsias – ou seja, não prevê nenhum processo de mediação entre as partes signatárias caso não se cumpra o que está previsto – questiona-se sobre até que ponto as preocupações ambientais, da forma como vêm sendo divulgadas, serão realmente levadas em consideração, se o Acordo será efetivo para garantir que os países signatários não saiam do Acordo de Paris, ou se as próprias dinâmicas do livre comércio não estarão criando mais impacto ambiental e deteriorando a situação ambiental desses países.





“Contudo, como não se trata de um capítulo vinculante e como não prevê mecanismos de solução de controvérsias [...] questiona-se sobre até que ponto as preocupações ambientais, da forma como vêm sendo divulgadas, serão realmente levadas em consideração, se o Acordo será efetivo para garantir que os países signatários não saiam do Acordo de Paris, ou se as próprias dinâmicas do livre comércio não estarão criando mais impacto ambiental e deteriorando a situação ambiental desses países.”

Maureen Santos: O Brasil tem um papel importante nessa discussão. Com todos os escândalos relacionados ao desmatamento da Amazônia, do Cerrado, com as queimadas – já é o segundo ano que temos dia do fogo. Na Amazônia, ano passado, e esse ano tivemos o dia do fogo no Pantanal – criou-se uma imagem negativa do país no espaço global. O Brasil vem chamando atenção em virtude da ausência de políticas ambientais ou mesmo de suas anti-políticas ambientais, gerando questionamentos no âmbito da União Europeia sobre até de que ponto o capítulo serve como cláusula ambiental, já que efetivamente o acordo não dispõe de cláusulas ambientais.

IMPACTOS PARA O BRASIL E PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Plataforma Socioambiental (Maria Beatriz): Caso o Acordo seja ratificado, quais seriam os impactos para o Brasil e para as futuras estratégias de desenvolvimento do país?

Maureen Santos: Você tem no capítulo de bens, a temática agrícola. Digo, a inclusão da agricultura e da pecuária, que são pontos muito importantes para essa pergunta que você está fazendo. Quando o acordo amplia cotas em relação a alguns produtos, como por exemplo cota de carne bovina, isso acaba gerando grande preocupação. Atualmente, o Brasil já apresenta um grande volume de exportação de carne bovina para os países da Europa. Contudo, o acordo prevê o dobro desse volume, ou seja, o dobro do que o Brasil já exporta atualmente em relação à carne bovina poderá ser exportado, já que a cota prevê esse aumento.


Como sabemos, o vetor do desmatamento no Brasil é focalizado no setor da pecuária, assim, o aumento da cota de carne bovina para exportação irá gerar um impacto no desmatamento da Amazônia e do Cerrado e, no caso do Mercosul, no Chaco paraguaio, por exemplo. O aumento das áreas de pastagem também coloca em risco grande parte dos povos que vivem nessas regiões, ou seja, o acordo poderá trazer impactos não apenas do ponto de vista do desmatamento, mas também impactos territoriais significativos para as populações que vivem nessas áreas. Há ainda o debate acerca do clima, visto que a elevação das taxas de desmatamento resulta no aumento das emissões de gases de efeito estufa.

Maureen Santos: No que diz respeito à agricultura, a soja que é exportada do Brasil para a União Europeia, por exemplo, já não é mais taxada. Contudo, o Acordo prevê a redução ou eliminação total de tarifas sobre os agrotóxicos. Ao mesmo tempo que se elimina tarifas, vemos o afrouxamento da regulação sobre os agrotóxicos.

“ Quando o acordo amplia cotas em relação a alguns produtos, como por exemplo cota de carne bovina, isso acaba gerando grande preocupação. [...] Como sabemos, o vetor do desmatamento no Brasil é focalizado no setor da pecuária, assim, o aumento da cota de carne bovina para exportação irá gerar um impacto no desmatamento da Amazônia e do Cerrado e, no caso do Mercosul, no Chaco paraguaio, por exemplo. ”

Maureen Santos: Um dos efeitos dessa nossa posição – que não é um efeito tão recente, mas é recente do ponto de vista de catalogação e de divulgação – é a mortandade dos polinizadores, em especial das abelhas. Só em 2019, 500 milhões de abelhas morreram no Brasil no período de três meses por conta do uso de ingredientes ativos que compõem os agrotóxicos.

Maureen Santos: Além disso, há vários agrotóxicos altamente nocivos que são utilizados nos países do Mercosul, mas que são proibidos na União Europeia. Então, em que medida, a ausência do Princípio da Precaução no texto do acordo não irá gerar um duplo padrão entre os países do Mercosul e os países da União Europeia.



“Contudo, o Acordo prevê a redução ou eliminação total de tarifas sobre os agrotóxicos. Ao mesmo tempo que se elimina tarifas, vemos o afrouxamento da regulação sobre os agrotóxicos. O Brasil é um dos campeões mundiais em termos de uso e consumo de agrotóxicos.”

Maureen Santos: Ou seja, produtos com mais agrotóxicos e com menos qualidade vão poder ser consumidos no âmbito dos países do Mercosul, enquanto outros terão de ser modificados para ser destinados à exportação, respondendo a um nível de exigência mais alto previsto pela legislação da União Europeia. Como consequência, se cria um duplo padrão de produção, impactando os consumidores. Ou, ainda pior, é possível que a União Europeia até mesmo reduza suas regras fitossanitárias para receber produtos que até então seriam proibidos de ser produzidos ou consumidos em seu território. Enfim, o Acordo gera vários questionamentos sobre impactos e custos sociais e ambientais dessa liberalização comercial.

“Então, em que medida, a ausência do Princípio da Precaução no texto do acordo não irá gerar um duplo padrão entre os países do Mercosul e os países da União Europeia. Ou seja, produtos com mais agrotóxicos e com menos qualidade vão poder ser consumidos no âmbito dos países do Mercosul, enquanto outros terão de ser modificados para ser destinados à exportação, respondendo a um nível de exigência mais alto previsto pela legislação da União Europeia.”

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

Plataforma Socioambiental (Maria Beatriz): Maureen, aproveitando que você mencionou o Princípio da Precaução, você pode esclarecer para os nossos ouvintes o que significa esse princípio?

Maureen Santos: O Princípio da Precaução existe no âmbito da governança ambiental internacional desde a Rio-92, quando foi previsto na Declaração do Rio. A União Europeia clama por esse princípio em vários de suas negociações e mesmo no âmbito do bloco europeu o Princípio da Precaução é considerado um princípio bastante importante.

Há um capítulo no texto do Acordo União Europeia-Mercosul sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, o chamado MSF, em que não está previsto o Princípio da Precaução.



Maureen Santos: O que isso quer dizer? Se houver produtos agrícolas que possam ser suspeitos de conter resíduos de agrotóxicos proibidos ou de exceder o limite permitido de resíduos de agrotóxicos – um caso muito famoso é o da salmonela, em que há distinção entre as legislações dos países –, o país que receber esse produto não poderá barrar preventivamente a sua importação, visto que o Princípio da Precaução não está previsto no acordo. Isso é mais um ponto muito grave relacionado ao acordo.

“ Há um capítulo no texto do Acordo União Europeia-Mercosul sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, o chamado MSF, em que não está previsto o Princípio da Precaução. O que isso quer dizer? Se houver produtos agrícolas que possam ser suspeitos de conter resíduos de agrotóxicos proibidos ou de exceder o limite permitido de resíduos de agrotóxicos, (...) o país que receber esse produto não poderá barrar preventivamente a sua importação, visto que o Princípio da Precaução não está previsto no acordo.

”



PERCEPÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA SOBRE AS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

Plataforma Socioambiental (Carolina): Qual a percepção da União Europeia sobre as atuais políticas ambientais do Brasil? Por que o acordo corre o risco de não ser ratificado?

Maureen Santos: Desde que foi manifestada a intenção de assinatura - o que realmente aconteceu ano passado, já que o acordo não foi efetivamente assinado - notam-se diversas falas públicas de representantes europeus, que se materializaram em alguns documentos de posição contrários à assinatura do acordo. As políticas ambientais do governo Bolsonaro motivaram declarações contrárias ao acordo em alguns parlamentos, como, por exemplo, da Valônia na Bélgica e na Alemanha, no executivo da França e da Holanda. No âmbito do Parlamento Europeu, também se notam reações, em especial, entre os parlamentares do Partido Verde. Outros países que também já demonstraram preocupações relacionadas à celebração do acordo.

“ As políticas ambientais do governo Bolsonaro motivaram declarações contrárias ao acordo em alguns parlamentos, como, por exemplo, da Valônia na Bélgica e na Alemanha, no executivo da França e da Holanda. No âmbito do Parlamento Europeu, também se notam reações, em especial, entre os parlamentares do Partido Verde. ”



Maureen Santos: Sabemos que essa resistência está relacionada também a dimensão interna, questões eleitorais, questões ligadas ao debate climático - que ganhando muita força na sociedade desses países - e também a uma pressão internacional no Brasil face a tudo que está acontecendo, em especial sobre o desmatamento da Amazônia. A assinatura deste acordo seria como um presente para o governo Bolsonaro. Esse mesmo governo que tem feito tanto contra o meio ambiente acabaria por receber de presente a assinatura de um acordo comercial, que será muito bem vista pelos setores que o apoiam domesticamente, em especial o agronegócio, e também por uma parcela da população brasileira, que poderá achar que a política externa do país é realmente efetiva.


No entanto, não é razoável se celebrar um acordo com um país cujo governo adota medidas tão nocivas para o meio ambiente, que não atua no combate ao desmatamento. Nesse sentido, verifica-se a negativa de assinatura de vários países da União Europeia. A Alemanha, que nesse semestre desempenha a função de presidência do bloco, tinha a intenção de encerrar o seu mandato com o acordo assinado, porém, não conseguiu. Nos últimos dois meses, Angela Merkel vem dando algumas declarações apontando que a assinatura não seria possível.

“ *A assinatura deste acordo seria como um presente para o governo Bolsonaro.* ”

“*Esse mesmo governo que tem feito tanto contra o meio ambiente acabaria por receber de presente a assinatura de um acordo comercial, que será muito bem vista pelos setores que o apoiam domesticamente, em especial o agronegócio, e também por uma parcela da população brasileira, que poderá achar que a política externa do país é realmente efetiva.*”

Maureen Santos: No entanto, não é razoável se celebrar um acordo com um país cujo governo adota medidas tão nocivas para o meio ambiente, que não atua no combate ao desmatamento. Nesse sentido, verifica-se a negativa de assinatura de vários países da União Europeia. A Alemanha, que nesse semestre desempenha a função de presidência do bloco, tinha a intenção de encerrar o seu mandato com o acordo assinado, porém, não conseguiu. Nos últimos dois meses, Angela Merkel vem dando algumas declarações apontando que a assinatura não seria possível.

Sabemos que existe um amplo debate político por trás desses posicionamentos e discursos, há uma gama de interesses econômicos e comerciais. Considerando o avanço e o fortalecimento do comércio entre a China e os países do Sul Global, compreende-se que a União Europeia tem pressa na celebração do acordo. Seria muito incongruente que a União Europeia, que sempre se coloca como pioneira e progressista no que diz respeito ao meio ambiente, assinar o acordo nesse momento em que o Brasil está literalmente “tocando o terror” em relação ao fogo na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal.



“Seria muito incongruente que a União Europeia, que sempre se coloca como pioneira e progressista no que diz respeito ao meio ambiente, assinar o acordo nesse momento em que o Brasil está literalmente “tocando o terror” em relação ao fogo na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal.”

Maureen Santos: Realmente, a perspectiva é que nesse ano não saia a assinatura. Já não há mais tempo pra isso. Houve uma reunião recente na Comissão Europeia em que se afirmou essa impossibilidade de forma mais categórica. No entanto, no ano que vem começa a presidência portuguesa, cujas prioridades ainda não foram anunciadas. Entendo que Portugal vai continuar perseguindo essa assinatura. Como mencionei, existem outros interesses comerciais e econômicos que pressionam pela celebração do acordo. Empresas do setor químico da Alemanha, que também é muito forte na área de agricultura, empresas ligadas à indústria têxtil e à indústria automobilística, todas têm muito interesse que esse acordo seja firmado. Assim, esse debate político com certeza se prolongará e deve emergir com força no ano que vem.

“Existem outros interesses comerciais e econômicos que pressionam pela celebração do acordo.”

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Maureen Santos por aceitar o nosso convite para a entrevista, por ceder seu tempo e seu saber conosco.

Agradecemos também ao Instituto Clima e Sociedade (ICS) pelo apoio concedido para a realização do Podcast e das publicações.

Por fim, demonstramos nosso agradecimento ao Thiago Correa do Estopim Podcasts pela assistência prestada ao Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

